

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 114.005 - PA (2019/0167280-6)**

**RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER**  
**RECORRENTE : ROMULO RENATO GOMES GONCALVES (PRESO)**  
**ADVOGADO : NEY GONÇALVES DE MENDONÇA JÚNIOR - PA007829**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em **habeas corpus**, com pedido liminar, interposto por ROMULO RENATO GOMES GONCALVES, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Pará**.

Consta dos autos que o ora recorrente foi preso em flagrante e, posteriormente, teve sua prisão convertida em preventiva, pela prática, em tese, do delito previsto no arts. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa impetrou **habeas corpus** junto ao eg. Tribunal **a quo**, com vistas à revogação da prisão preventiva. A ordem, por seu turno, foi denegada nos termos do v. acórdão assim ementado:

*"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR. ARTIGO 33 DA LEI 11.343/06 (TRÁFICO DE ENTORPECENTES).*

*1. PRISÃO DOMICILIAR-IMPOSSIBILIDADE. As circunstâncias devem constituir objeto de adequada ponderação, para a adoção da medida excepcional da prisão domiciliar, para que ela possa satisfazer o princípio da proporcionalidade e respeito aos interesses, que no caso em discussão, trata-se de menores de 12 anos de idade, sendo possível denegar o benefício mediante a devida fundamentação na seara processual penal, verifico que o magistrado de primeiro grau decretou a prisão preventiva do ora paciente, fundamentando em fatos concretos que inviabilizam a sua revogação, face a necessidade da manutenção de sua segregação cautelar nos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*2. DA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO-IMPOSSIBILIDADE de aplicação ao ora paciente diante dos elementos contidos nos autos, a prisão preventiva não depende de prévia imposição de medidas cautelares diversas, quando estas não se revelarem*

*aptas a atingir sua finalidade, na espécie, não se vislumbra outra possibilidade, senão a manutenção da segregação.*

**HABEAS CORPUS CONHECIDO. ORDEM DENEGADA**" (fls. 61-62).

Dáí o presente recurso, no qual o recorrente alega a existência de constrangimento ilegal consubstanciado na negativa de substituição de sua prisão preventiva por prisão domiciliar ou por medida cautelar diversa da prisão.

Sustenta, para tanto, que *"preenche os requisitos objetivos insculpidos no art. 318, VI, do Código de Processo Penal, porquanto a par dos termos da referida Escritura Pública Declaratória, ante a ausência da figura materna, tem-se claramente demonstrado que o Paciente constitui a única pessoa responsável para os cuidados de seus filhos menores de 7 (sete) e 8 (oito) anos de idade, que, como narrado, se encontram alojados em local com falta de espaço e desprovidos de alimentação adequada, ao que necessitam de apoio e carinho de seu genitor"* (fl. 91).

Pondera a possibilidade da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, sustentando que *"o decreto de prisão preventiva não teceu uma linha sequer os motivos pelos quais entendeu que as medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 CPP) se revelam inadequadas e insuficientes para o caso vertente"* (fl. 94).

Requer, assim, a substituição de sua prisão preventiva por prisão domiciliar ou por medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

**Decido.**

O presente recurso é insuscetível de conhecimento, pois verifica-se que o presente recurso consubstancia mera **reiteração de pedido**, contra o mesmo acórdão recorrido, sendo que o tema ora ventilado já foi objeto de análise por esta eg. Corte Superior, por ocasião do julgamento do **HC 510.960/PA**, em **4/6/2019**, oportunidade em que o **habeas corpus** não foi

conhecido, em razão de ser substitutivo de recurso ordinário, e o mérito foi analisado de ofício, não tendo esta relatoria vislumbrado flagrante ilegalidade capaz de ser sanada pela concessão da ordem, ainda que de ofício.

Sob tal contexto, torna-se inviável o conhecimento do recurso ordinário em **habeas corpus** no qual se reitera o pleito já analisado em outro processo. Ilustrativamente:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CRIME TRIBUTÁRIO. CAUSA DE AUMENTO PREVISTA NO ART. 12, I, DA LEI N. 8.137/90. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO CONTIDO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INADMISSIBILIDADE.*

*RECURSO JÁ JULGADO. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. DECISÃO MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO DESPROVIDO.*

*1. É inadmissível a análise de impetração cujo objeto é idêntico ao contido em Agravo em Recurso Especial, que, inclusive, já foi julgado, tendo em vista a impossibilidade de reiteração de pedidos nesta Corte Superior.*

*2. Considerando a celeridade do rito do habeas corpus, toda a prova do direito alegado deve estar pré-constituída e disponível no momento e nos autos da impetração, sob pena de não conhecimento do mandamus.*

*Agravo regimental desprovido' (AgRg no HC 381.729/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 06/06/2017).*

Ante o exposto, com fulcro no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente recurso ordinário.

P. e I.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator